

OS ERVEIROS E AS FACES DO PATRIMÔNIO NO VER-O-PESO/BELÉM-PARÁ

Khalla R. Tupinambá

INTRODUÇÃO

Este capítulo se debruça sobre os vendedores de ervas, também conhecidos como ervaíros do Mercado Ver-o-Peso, de Belém do Pará, situados num espaço entre os prédios do Mercado de Peixe e Solar da Beira, no conhecido setor de ervas medicinais, abrangendo 80 barracas, 50 delas gerenciadas por ervaíras e 30 por ervaíros. Os ervaíros mobilizam um saber terapêutico ancestral, que incorpora os fazeres-saberes na produção dos produtos das ervas amazônicas, como: garrafadas, chás, pomadas, perfumes, banhos e óleos, procurados para cura dos males do corpo e da alma.

O Ver-o-Peso foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) em 1977, em virtude de seu conjunto arquitetônico e paisagístico, ancorado no discurso de emparelhamento dos órgãos públicos

regionais, trazendo holofotes para o mercado como um lugar de memória da *Belle Époque*. Existe uma relação assimétrica entre os erveiros e demais feirantes, os quais carregam consigo um universo ontológico das redes de relações, trocas, vivências e experiências com os agentes humanos e não humanos amazônicos, por meio dos produtos das ervas, como observado por Fonseca (2003, p. 58):

Na cidade de Belém, cujo o centro histórico à beira do rio tem uma feição tão portuguesa, impossível deixar de perceber, no mercado Ver-o-Peso, a forte presença indígena, nos produtos trazidos da selva [...] Trata-se de um raro exemplo de um lugar que coexistem marcas culturais tão distintas como a portuguesa e a indígena, sendo que apenas a primeira foi identificada, e reconhecida, via tombamento, como patrimônio cultural brasileiro.

Nesse contexto, parece-me importante uma investigação que perceba o ofício das ervas além do discurso hegemônico patrimonial e turístico que vigora no Ver-o-Peso, que silenciou a memória deles em relação à sua própria história. Pretendo, portanto, apresentar uma outra perspectiva patrimonial do Ver-o-Peso, consubstanciada pela memória germinada no cotidiano do setor das ervas, trazendo à tona uma nova ótica do patrimônio vivido. Metodologicamente, a escuta da história de vida dos erveiros articulou-se ao rastreamento da rede de humanos e não humanos que atravessam seu ofício, bem como seus desdobramentos sobre o discurso hegemônico patrimonial no mercado.

Desse modo, espero demonstrar como a ordem discursiva patrimonialista, embasada em ícones da memória nacional, reverbera sobre a construção do discurso patrimonial hegemônico do Ver-o-Peso, enquanto lugar de memória da elite seringalista que almejava traduzir seu *status* social sob a paisagem local no período da *Belle Époque*. Em contrapartida, apresento outra face possível da memória e patrimônio contados pelas narrativas e pelos olhares dos erveiros sobre suas vivências ancestrais no mercado.

A noção de patrimônio cultural hegemônica carrega consigo uma ilusão de ter se perpetuado de forma inata ao longo do tempo. Contudo, o conceito de patrimônio foi construído em torno de uma memória social, que não se consolidou de modo aleatório. Contudo, Hartog (2006 *apud* Zanirato, 2018, p. 11) argumenta que há um jogo de construção da memória no processo de “ativação patrimonial”, que repercute em uma série de componentes da vida cotidiana, que são associados a identidades sociais que favorecem afirmativas, como: “nosso patrimônio é a memória de nossa história e símbolo de nossa identidade nacional”.

Nessa linha de pensamento, Abreu (2005, 2007, 2008) disserta sobre o percurso das políticas patrimoniais brasileiras, a partir da criação do Iphan, em 1937, que inicialmente privilegiou diretrizes políticas voltadas para preservação de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, período conhecido como política de “pedra e cal”.

A partir da década 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) inicia o aqodamento do discurso em torno do patrimônio imaterial, trazendo o conceito de “cultura” para dentro do debate das políticas patrimoniais, influenciando a disseminação desse debate no Brasil, provocando questionamento na política de “pedra e cal”.

Articulações dos gestores do patrimônio interessados na nova política do patrimônio intangível rendeu frutos, com a criação de um programa de ação voltado para o patrimônio intangível no Brasil, por meio do Decreto nº 3551/00, que instituiu “o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, que reconhece o patrimônio imaterial brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Todavia, na avaliação de Abreu (2008), essa proposta oficializa a seleção de construção de bens dignos de perdurarem na memória nacional, citando como exemplo o registro, em 2000, da arte kusiwa, a pintura corporal da etnia wajãpi, situados no Amapá e estudados pela antropóloga Dominique Gallois.

A pesquisadora, contudo, coloca a seguinte provocação: “uma vez que todas elas (etnias brasileiras) produzem artes gráficas igualmente

belas e culturalmente significativas, não estaríamos também correndo o risco de engessar as manifestações culturais, congelando-as com base na imagem cristalizada no registro?” (Abreu, 2008, p. 49). Gonçalves (1996) também problematiza a armadilha do essencialismo a partir da análise dos discursos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (1937 a 1979) e de Aloísio Magalhães IPHAN – Pró-Memória (1979 a 1983), colocando sob suspeição a categoria do bem cultural “autêntico” como representação metafórica da totalidade nacional, procurando desnaturalizar face ideológica e ficcional do patrimônio.

A ativação da memória em torno da construção do discurso hegemônico do patrimônio e da identidade nacional apresenta contrafaces no trabalho de Pollak (1989). Embora considerando os argumentos de Halbwachs (2013)¹, para ele, o indivíduo tem a capacidade de administrar e construir suas próprias lembranças, ou seja, não se encontra totalmente submetido aos “quadros sociais da memória”. Nesse sentido, Pollak (1989) adverte que a despeito da importante doutrinação ideológica, há lembranças que ficam durante muito tempo confinadas ao silêncio, sendo transmitidas de uma geração à outra oralmente, permanecendo vivas, eventualmente, as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, com reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis.

Esse parece ser o caso da memória do ofício das ervas, uma memória subterrânea que circulou ao longo do tempo no Ver-o-Peso, na rede ancestral dos erveiros, longe dos holofotes do discurso hegemônico. Essa abordagem da memória implica outro entendimento de patrimônio, que persiste em “[...] um patrimônio sentido e vivido formado pelos ‘regimes de ação’, por apropriação social, resultado de sentimentos, de significações construídas na relação com ao tempo” (Zanirato, 2018, p. 23).

Nessa direção, Abreu (2008) demonstra que a antropologia vem tencionando a ordem hegemônica discursiva do “patrimônio cultural”, de forma gradativa a partir de 1980, tendo grandes avanços em 2002, quando foi

¹ Halbwachs (2013) propagou o caráter coletivo da memória por meio dos “quadros sociais”, que funcionam como pontos referência para organizar as memórias dos grupos, conferindo estabilidade às representações coletivas, por meio de datas comemorativas, manifestações culturais, ou edificações.

criado um grupo de trabalho permanente de Patrimônio, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Esse grupo tem como proposta refletir sobre a atuação dos antropólogos no campo de patrimônio, tanto na produção acadêmica sobre o tema, quanto na contribuição em organismos de diretrizes de políticas públicas. Essa proposta foi denominada de “Antropologia da Ação”, encontrando entre suas principais prerrogativas a chamada “emergência do Outro no campo do Patrimônio Cultural”, ou seja, tendo como um dos principais debates a alteridade, para produção de estudos que demonstram a confluência entre o patrimônio, e os modos de vida de diferentes populações.

Um dos trabalhos que se destacou foi o de Gonçalves (2005), que analisa o potencial da categoria patrimônio, em suas múltiplas dimensões sociais, flexibilizando a ordem discursiva que compartimentaliza o patrimônio material e imaterial. A “materialidade” é percebida como um ponto nevralgico convencional limitado, em que O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. “Muitos desses objetos podem ser certamente entendidos como ‘patrimônios’, [...] na medida em que realizam mediações importantes entre o passado e o presente [...] entre a alma e o corpo, entre outras” (Gonçalves, 2005, p. 21-22).

Tavares e demais autores (2019) alertam que o problema da relação entre material e imaterial na patrimonialização também é um ponto crucial na abordagem para a saída do conceito de “materialidade”, que aprisiona forma e conteúdo, em direção ao “patrimônio dos materiais”. Essa reflexão, inspirada em Ingold, pergunta sobre o porquê de nós deixarmos a “realidade” apenas para a materialidade das coisas e delegar os sonhos e devaneios para a dimensão do irreal? Trata-se do aprisionamento do real no conceito de materialidade.

Portanto, apresento dois caminhos da memória e patrimônio percebidos no Ver-o-Peso. Primeiramente, o que ressoa o discurso da ordem hegemônica patrimonial, que coloca em voga a perspectiva etnocêntrica da elite seringaísta que reverbera no mercado como lugar de memória da *Belle Époque*. Em seguida, a outra face do patrimônio do Ver-o-Peso, um caminho das narrativas e memórias dos erveiros como um ofício ancestral, permeado pelas matrizes religiosas afroindígenas, que traz à tona outra perspectiva para além do discurso patrimonial hegemônico.

O levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas e no Arquivo Público de Belém foram fontes relevantes para o subsídio da trajetória histórica oficial do Ver-o-Peso, além de reportagens de jornais com fotos do século XIX e metade do século XX, que foram um elemento singular para complementar as narrativas dos erveiros em suas memórias sobre o processo de ocupação e povoamento das feiras².

A abordagem metodológica ancorada no método etnográfico compreende o “olhar” e o “ouvir” de um grupo social, de suas idiossincrasias e singularidades (Oliveira, 1998). A pesquisa pretendeu, portanto, traduzir o olhar etnográfico provocativo e aguçado, defendido por Peirano (2014), percebendo que o exercício etnográfico não deve partir de verdades preestabelecidas, procurando desvendar questões e suscitar novos problemas.

Por meio da história oral e de vida dos erveiros, em torno do ofício, busquei captar as memórias e o seu legado ancestral em torno das narrativas geracionais. Conforme defende Pollak (1992, p. 12-13): “As memórias subterrâneas tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias informais [...]. Elas tendem a carregar também a marca da oralidade, por isso, as entrevistas de história oral, ou história de vida, se apresentam como um método privilegiado para a abordagem desse tipo de experiência”.

A pesquisa de campo foi realizada entre 2022 e 2023, sendo que o primeiro ano foi dedicado ao delicado processo de aproximação e aceitação dos erveiros, que em geral mostraram-se hostis à presença dessa pesquisadora devido às ações fraudulentas empregadas pela empresa Natura Cosméticos³. E essa resistência foi sendo superada à medida em que as relações foram se aprofundando em campo, logo nove erveiros, proprietários

2 Para Novaes (2014), desvendar o “silêncio” das imagens fotográficas e a relevância dessa prática para etnografia implica ir além do efeito ilustrativo das fotos das imagens registradas.

3 Conforme Lima (2008), no ano de 2001, a empresa Natura Cosméticos ludibriou os erveiros, com uma equipe que adentrou o setor das ervas alegando que faria uma reportagem, conseguindo obter várias informações sobre os saberes e fazeres das ervas, principalmente sobre a *priprioca* (*Cyperus articulatus* L.), a qual começou a ser comercializada como perfume pela empresa. Os erveiros sentiram-se lesados resultando em uma ação que culminou no acordo entre as partes.

de 12 barracas, aceitaram participar da pesquisa, mediante o comprometimento ético do uso de dados da pesquisa de acordo com o Código de Ética da ABA.

As conexões dos atores humanos e não humanos foram rastreadas distanciando-se da busca de causalidade previsível. Numa abordagem de inspiração latouriana temos que “[...] questões de fato não descrevem que tipos de agências estão povoando o mundo melhor do que as palavras social, simbólico e discursivo descrevem o que é um ator humano e os alienígenas que os capturam” (Latour, 2012, p. 162).

REFLEXOS DO DISCURSO HEGEMÔNICO: VER-O-PESO, LUGAR DE MEMÓRIA DA *BELLE ÉPOQUE*

A fundação do Mercado Ver-o-Peso está ligada às origens e à consolidação da metrópole de Belém do Grão-Pará que, segundo Gomes e demais autores (2019, p. 265), ocorreu em janeiro de 1616, visando constituir uma base militar para limitar as incursões dos países europeus e firmar a posse de Portugal na região amazônica, o Ver-o-Peso foi criado em 1625, como um posto fiscal estratégico para fiscalizar e cobrar os dividendos da chegada e saída dos barcos para trazer as drogas do sertão⁴. A Casa de “Haver o Peso”, portanto, inicialmente, era apenas um posto de aferição de mercadorias e arrecadação de impostos, que viria a constituir-se como um grande complexo arquitetônico no início do século XX.

Para situar-nos no tempo contemporâneo, a “Casa de Haver o Peso” (Figura 1) ficava nas proximidades do desembarcadouro do Largo do Palácio fazendo frente para o canal, entre as atuais ruas 15 de Novembro e João Alfredo, onde as canoas se refugiavam na ampla doca aberta por onde desaguava o extenso Igarapé do Píri.

4 “O comércio direto do Pará com Lisboa, donde chega todos os anos um grande comboio [...] todos os diferentes produtos, quer dos rios que vem perder-se no Amazonas: a casca do pau de cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e sobretudo o cacau que é a moeda corrente do país, e que constitui a riqueza dos habitantes” (La Condamine, 2000, p. 112).

Figura 1 – Ver-o-Peso no século XIX



Ver-o-Peso fotografado por Huebner, fim do século XIX: ainda não havia o Mercado de Ferro ou Peixe.

Fonte: *O Liberal* (2001).

Essa descrição do Ver-o-Peso no final do século XIX foi registrada pela foto Heubner, veiculada na reportagem do jornal *O Liberal*, que discorre sobre as memórias do Ver-o-Peso, antes da construção do Mercado de Ferro ou Peixe. No período entre o final do século XIX e início do século XX, na cidade ocorreu o que Corrêa (2006) denominou do “boom da borracha”, que levou a Belém a um processo de embelezamento revitalização arquitetônico resultante em grande parte do sistema de aviamento⁵.

Esse contexto trouxe a ascensão de uma poderosa elite de seringalistas, que almejava espelhar o seu *status*, por meio de uma nova paisagem e infraestrutura urbana, inspirada na “cidade luz” de Paris, que levando a denominação desse período glorioso como *Belle Époque*. Para Sarges (2002), a *Belle Époque* colocava em curso o projeto de traduzir a riqueza e o poder político da elite em valores estéticos urbanos, propagados pelos ideais positivistas de progresso, reivindicados por uma política higienista, que exigia novos padrões de acomodação e segurança para cidade.

Um dos principais precursores dessas mudanças urbanas foi o interventor Antônio Lemos (governador de 1897 a 1910), que seguiu a diligência da política higienista de disciplinamento de “bons hábitos da população”, além de agregar uma nova ordenação do espaço urbano edificado da cidade. O Ver-o-Peso, como principal posto de escoamento da produção da borracha,

5 Para Corrêa (2006, p. 216): “[...] o grande comércio ‘aviador’ persistia na exportação da borracha e deveria espelhar, através de uma nova paisagem e infraestrutura, o poder e a pujança econômicos dos seringalistas que, à custa do enorme sacrifício e espoliação dos seringueiros isolados em suas ‘barracas’ na floresta, rápida e fugazmente tornaram-se ricos”.

passou por uma revitalização arquitetônica latente, a fim de representar a vitrine do *status* social da elite seringalista.

Nesse contexto, o Ver-o-Peso recebeu elementos que designavam o padrão arquitetônico da *Belle Époque*, com a instalação dos mercados e ferro representantes do estilo *art nouveau*⁶. Assim, o Mercado de Ferro ou “Mercado de Peixe”, conforme é denominado pela população local, começou a ser construído em 1899 pelos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Vianna, com estrutura de ferro trazida da Europa e cobertura principal em telha tipo Marselha, com as torres *art nouveau* cobertas com escamas de zinco. Em seguida, houve a construção do Mercado Bolonha, ou conhecido popularmente como Mercado de Carne, que foi construído pelo engenheiro Francisco Bolonha, em alvenaria, com pátio interno com imponente estrutura metálica, composto de quatro corpos iguais e autônomos onde se localizam as lojas separadas por duas vias que se cruzam, e que dispõe de um pequeno pavilhão e mirante circular, mercado inaugurado em 1901.

No início do século XX, começou a surgir, na paisagem do Ver-o-Peso, o Solar da Beira, em frente ao Mercado Bolonha, um prédio de estilo arquitetônico neoclássico⁷, que foi a marca registrada na paisagem da *Belle Époque*, que se estende ao conjunto que veio a constituir o complexo arquitetônico do Ver-o-Peso, como o *Boulevard* Castilho França formado por sobrados conjugados com casas comerciais. Na contemporaneidade, o Solar da Beira é um ponto de apoio imprescindível aos feirantes, principalmente os erveiros, devido ao setor das ervas que está localizado entre o Solar e o Mercado de Peixe.

6 Segundo Imbroisi e Martins (2022), o *art nouveau* ou Arte Nova foi um movimento artístico que surgiu no final do século XIX na Europa. Existia na sociedade em geral o desejo de buscar um estilo que refletisse e acompanhasse as inovações da sociedade industrial, marcou uma mudança estética nas artes, a inspiração na antiguidade vigorava desde o século XV, e as fórmulas baseadas no Renascimento começam a dissipar-se dando lugar a Arte Nova, que se opunha ao historicismo.

7 Conforme Brígida e Miranda (2016), o Neoclassicismo persistiu em uma “nova” arquitetura na cidade de Belém da segunda metade do século XIX, com predominância de traços clássicos e suas variadas influências do período inicial da *Belle Époque* paraense. No tempo decorrido foram construídos vários casarões, palácios e igrejas assinados por Antônio Landi na segunda metade do século XVIII e Manoel Odorico Nina Ribeiro e José Sidrim (final do século XIX). Materiais raros como mármore carraca e os azulejos portugueses e holandeses, foram importados da Europa para imprimir na paisagem o poder da elite burguesa da *Belle Époque*.

O Ver-o-Peso foi tombado pelo Iphan em 1977, considerando como patrimônio o conjunto histórico e paisagístico, que se estende por 25 mil metros quadrados, incluindo as construções históricas do *boulevard* Castilhos França, o Mercado de Carne e o Mercado de Peixe, o casario Solar da Beira, as praças do Relógio⁸ e Dom Pedro II, a doca de embarcações, a Feira do Açaí e a Ladeira do Castelo. Esse reconhecimento se estendeu à esfera municipal, à qual tombou essa mesma área por meio da Lei Ordinária nº 7.709 de 1994, sob a denominação de Centro Histórico de Belém.

O reconhecimento do Ver-o-Peso como patrimônio material, cartão postal da *Belle Époque*, foi construído como estratégia do discurso patrimonial hegemônico, consubstanciado sob a perspectiva de “lugares de memória”, que foram extensamente discutidos por Pierre Nora (1998). O autor qualifica os lugares de memória como um projeto ambicioso da França, em narrar o seu passado glorioso e imperialista, com o reconhecimento, como patrimônio material, dos “lugares de memória”: monumentos, museus, bibliotecas, entre outros, convertidos em uma narrativa que traduziu em elementos simbólicos um patrimônio memorial nacional francês.

Com base nessa acepção do Ver-o-Peso, Candau (2009-2010) argumenta que o patrimônio construído pelo discurso hegemônico elege uma garantia da sobrevivência da memória dos grupos sociais, ao promover a ilusão holística de uma representação que levaria a crença de pertencimento do grupo como um todo homogêneo e integrado. O exemplo dessa “ilusão holística” estaria convertido em “lugares de memória”.

No entanto, é possível identificar outra concepção do patrimônio no mercado, germinada nas narrativas dos erveiros e seus antepassados, acompanhadas de suas histórias de vida desse ofício que incorpora os fazes-saberes terapêuticos das ervas amazônicas, sob o agenciamento dos caboclos e encantados do universo ontológico paraoara. Configura-se outro lugar de memória para o Ver-o-Peso, com matrizes afroindígenas, atuantes no mundo do trabalho e vivências dos erveiros.

8 Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024): A Praça do Relógio, ou Praça Siqueira Campos, que abriga um relógio com 2.727,45 m² de altura, metálico construído no estilo *art nouveau*, em frente à Doca do Ver-o-Peso, demarcando o símbolo da passagem de épocas em que foi construído, entre as décadas de 1920 e 1930.

Nos caminhos da memória, Dona Edna, erveira há mais de 50 anos, iniciou sua narrativa recordando que era criança quando começou no ofício, ajudando sua mãe e avó, por volta da metade da década de 1950. Ela afirma que “no tempo delas” era tudo diferente, não havia as barracas, os produtos eram expostos no chão, em grande quantidade, sendo que não eram manipulados em garrafadas ou perfumes, ou seja, as ervas, cascas e os óleos eram vendidos *in natura*:

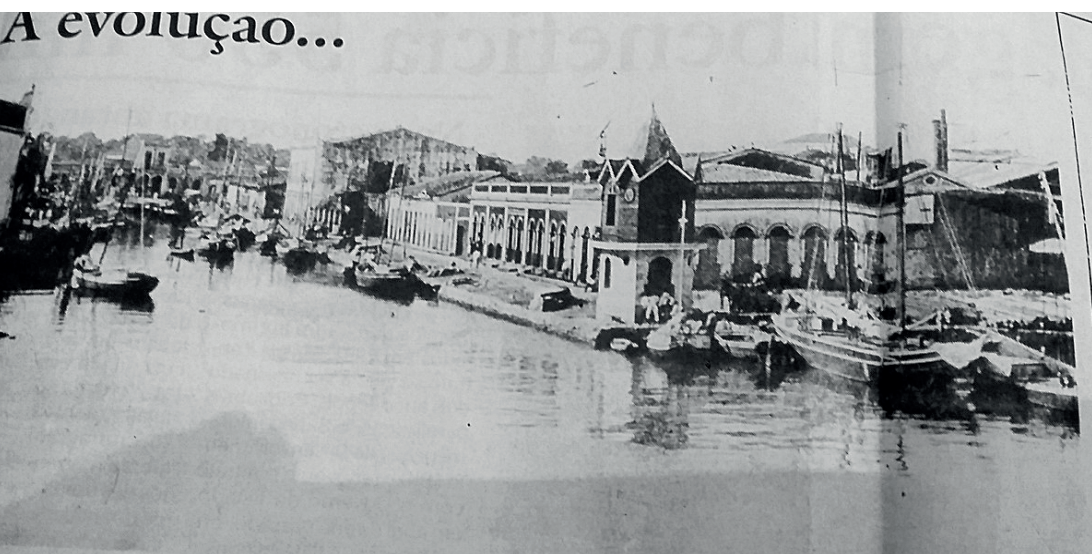
Antigamente no tempo da minha avó nos vendíamos os produtos no chão, e a feira ia só até as 13 horas, a gente vendia em grande quantidade, porque antigamente se não vendesse tudo não tinha onde guardar. Nesse tempo eu era criança e não ficava na barraca vendendo, ajudava somente elas a pegarem os matos e arrumar pra vender depois ficava brincando até a hora de irmos embora pra Benevides, onde morávamos na época, sendo que quando eu ajudava a pegar os matos e elas iam me ensinando para o que serviam, por exemplo o matruz e a folha de algodão eram bons pra asma e pneumonia¹⁰ (Dona Edna, erveira há mais de 50 anos).

Em relação ao início da feira, Beth Cheirosinha, 73 anos, contou que nesse tempo o Ver-o-Peso era conhecido como a “Feira da Praia”, e não havia as barracas, com as mercadorias expostas no chão, em sacos. A imagem a seguir registra a “praia”, em reportagem do jornal *A Província do Pará* (1998), na década de 1960, era como se usava essa expressão em Belém, “Vou na praia fazer compras”, referindo-se a ir fazer compras no Ver-o-Peso. Essa referida praia seria a Baía do Guajará que circunda o complexo, no entanto, com a construção de toda orla da Baía para construção do porto da cidade, essa praia deixou de existir.

9 Essa é a nomenclatura usada pelos nativos, que acentua uma relação afetiva e de sociabilidade em torno das trocas simbólicas e comerciais construídas desde a infância pela população local.

10 Dona Edna é interlocutora da pesquisa que autorizou entrevistas, fotos e filmagens mediante a assinatura entre ambas as partes por meio do Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento (TCLE). Essa entrevista me foi concedida no dia 16 de março de 2023.

Figura 2 – O Ver-o-Peso da praia, em 1960



Fonte: *A Província do Pará* (1998).

Dona Socorro Loura, 62 anos, recorda que começou o ofício ainda na infância, ajudando a bisavó e o avô, também relatou um processo de emergência e ocupação do setor das ervas ressaltando características semelhantes às das demais interlocutoras.

Eu era pequena, tinha uns anos, quando vinha acompanhar minha bisavó Delinda, que morreu com 110 anos. Nesse tempo eu via eles vendendo as ervas no chão em cima das sacas de pano que nós trazia para carregar as ervas. Nesse tempo ajudava só a pegar os matos, mas quando catava com minha bisavó ela ia me ensinando para o que eles serviam, Nesse tempo a gente morava no bairro da Sacramento e lá era cheio de capoeira, aí a gente trazia os matos de lá, depois que tudo foi mudando e a prefeitura foi colocando as barracas¹¹ (Dona Socorro Loura, 62 anos).

¹¹ Dona Socorro Loura é interlocutora da pesquisa que autorizou entrevistas, fotos e filmagens mediante a assinatura entre ambas as partes por meio do TCLE. Essa entrevista me foi concedida no dia 6 de março de 2023.

Figura 3 – Ver-o-Peso: as feiras, 1956



Fonte: *O Liberal* (2001).

A Figura 3, uma pintura de autoria de Balloni (1956), retrata as memórias do Ver-o-Peso. Segundo a reportagem, essa pintura documenta o período em que as feiras livres começam a se estabelecer no mercado, em que se

visualizam as narrativas dos erveiros sobre o processo de ocupação do setor das ervas, por seus ancestrais. Nesse período, ainda não havia a fiscalização da prefeitura nem tampouco as barracas, tudo era feito de improviso como a venda das ervas no chão, em sacos¹².

Outro aspecto relevante, que se repete nos relatos, diz respeito às ervas que eram coletadas e transportadas em sacas pelos próprios erveiros, sendo que essa coleta era feita em áreas próximas às suas residências. Nesse período, não foi identificado por nenhum dos erveiros a participação dos mateiros¹³ no ciclo comercial das ervas. Roxo, que atualmente é um atravessador entre os erveiros e os mateiros, indica que os mateiros provavelmente vieram trabalhar no setor das ervas por volta dos meados da década de 1970, conforme ele descreve:

Eu tô aqui desde 1987, vai fazer 36 anos e antigamente não tinha mateiro, mas eu não me recordo quando eles chegaram porque eu era muito criança só quem chegou a trazer os matos com a minha mãe foi a minha irmã Dona Edna, que tem 66 anos. E eu já não peguei essa época, o que me lembro é que lá pelo meio da década de 70, já tinham os mateiros como seu Curica e Bala, aí foi aí que comecei a minha rotina que é assim eu chego 4 h:30 da manhã compro as ervas dos mateiros, e os erveiros que fazem encomenda comigo e abro e arrumo as barracas deles, que são a Dora, Socorro Lora, Maria Lora, para Edna, para Beth Barros, minha tia, aí eu, compro, pago, aí quando dá de meio dia a uma hora eles me pagam¹⁴ (Roxo, 2023).

Nessa linha do tempo, conforme os relatos dos erveiros, à medida que as feiras do complexo do Ver-o-Peso foram crescendo, a prefeitura começou a interferir e fiscalizar a organização do espaço, o que ocorreu de modo oficial

12 A recorrência, nas narrativas dos erveiros, dos mesmos elementos é uma propriedade que valida a documentação feita por meio da história oral de vida. Pollak (1992) discorre sobre a necessidade de realizar entrevistas controladas verificando os relatos que se repetem com datas e documentos.

13 Os mateiros são trabalhadores que atuam na coleta, transporte e venda em grande quantidade de ervas para erveiros. No decorrer da pesquisa, verifiquei que atualmente as ervas são plantadas em hortas na região metropolitana de Belém e transportadas em vans até o setor das ervas em grande quantidade, às terças e sábados, das 4h às 8h da manhã. Os erveiros que não chegam nesse horário obtêm as ervas por atravessadores ou encomendas.

14 Entrevista concedida à pesquisadora, mediante autorização de áudio gravada, no dia 6 de maio de 2023.

a partir de 1985, com a fundação da Secretaria de Economia da Prefeitura Municipal de Belém (Secon), que ficou responsável pela administração, ordenamento e emissão de ordens permissionária de funcionamento das barracas para fins comerciais nas unidades de abastecimentos e feiras de Belém.

Segundo o secretário responsável pela Secon, Apolônio Brasileiro¹⁵, o complexo das feiras que integram o Ver-o-Peso estão classificadas como categoria “A” (máxima circulação), devido à potência de circulação de mercadorias e pessoas, para esses permissionários, é cobrado uma taxa mensal mais alta. Em seguida, ao questioná-lo sobre a vigência de fiscalização da Secon com base no artigo nº 24, da Decreto Municipal nº 26.579/94, que determina que um permissionário pode “[...] ocupar somente até [...] três equipamentos de comercialização”, bem como coibir a venda ou aluguel desses equipamentos, salvo doação para esposa. Sobre o decreto, ele assim respondeu:

O interesse da SECON é garantir que a ocupação do espaço das feiras e mercados em Belém, permaneça de uso público, pois o Artº 24 da Lei Municipal nº 26.579/94 garante que nenhuma pessoa física ou jurídica possa comprar todas barracas do setor das ervas, por exemplo, e privatizar esse espaço em seu nome ou de uma instituição comercial, mas compreendendo que um equipamento (barraca) não é o suficiente para sustentar vários membros de uma família, que atuam nas feiras, que concedemos até três equipamentos por feirante, mas caso o feirante desista do seu equipamento não pode vendê-lo, tem que redigir uma carta à SECON, que irá disponibilizá-lo a outro feirante (Apolônio Brasileiro, 2023).

Aliada a essa perspectiva de ordenamento do espaço da Secon, o que observei no setor das ervas é que, ao redor das barracas de meus interlocutores, há barracas de sua rede de parentesco – por exemplo, no corredor central em que se encontra Beth Cheirosinha, há vários dos seus descendentes (filhos, netos e sobrinhos), sendo a maior parte também conhecida como “cheirosinhos”, como Almir e Michel Cheirosinhos, filho e neto de Beth. Nas narrativas dos erveiros, o Veropa representa a segunda casa na qual eles cresceram, constituindo-se em torno do ofício das ervas, com o qual criaram seus filhos e netos.

¹⁵ Solicitei uma entrevista com a SECON para compreender a perspectiva da instituição do processo de ordenamento do espaço dos feirantes como permissionários. A SECON não demorou a responder à minha solicitação, tendo a entrevista concedida em 11 de maio de 2023.

A percepção dos erveiros em relação ao discurso hegemônico patrimonial apresenta diferenças significativas, mobilizando os significados do “patrimônio” com suas histórias de vida. Assim, Beth Cheirosinha afirmou que para ela o patrimônio está ligado às trocas de conhecimento com os clientes, bem como às suas vivências no Veropa, destacando que, para ela, esses dois “tipos de patrimônio” – o do mercado, e o da sua história – eram importantes e estavam relacionados. Dona Edna foi uma das que mais explicitou a conexão entre os “patrimônios” – o “oficial” e o de sua história de vida.

Aqui no Ver-o-Peso tudo é patrimônio os casarões a feira, mas eu prefiro falar sobre a feira que é o meu ganha pão, mas em compensação o patrimônio histórico tem que permanecer se não a cidade já era, se mudar perde a graça! Por exemplo, essas coisas que faço todo dia, como os perfumes que a gente faz e vende como mercadoria, aí o cliente chega não sabe o que é tem que explicar, tem que tratar bem, e tem cliente que não sabe nem o que é isso aqui e essa é minha perspectiva de vida se não é ficar só dentro de casa, por que tudo que a gente tem está aqui nesse Ver-o-Peso é o patrimônio da vida da gente, por que a gente cresceu aqui, e permanecemos e aqui, e estamos até hoje, e não temos nem como ir para outro lugar por que já estamos acostumados aqui¹⁶ (Dona Edna, 2023).

Portanto, ao considerar essas narrativas, percebe-se a outra face da memória do Ver-o-Peso, como aponta Gonçalves (2015), ao defender que a memória hegemônica se constitui em um estratagema ocidental que não incorpora concepções nativas de patrimônio. Em complemento, Abreu (2007) argumenta que a memória que germina nos grupos sociais denominados “tradicionais” é cíclica, em que os fatos sociais estão em constante ressignificação e que se perpetuam como tradições orais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei questionar o processo de elegibilidade do patrimônio no Brasil, analisando a postura colonizadora do Estado a partir da estética

¹⁶ Dona Edna é interlocutora da pesquisa que autorizou entrevistas, fotos e filmagens mediante a assinatura entre ambas as partes por meio do TCLE. Essa entrevista me foi concedida no dia 21 de setembro de 2023.

subalterna de interlocutores indígenas e negros, em detrimento dos ícones patrimoniais que privilegiam a memória da nação etnocêntrica. Desse modo, apresentei a outra face do Ver-o-Peso, para além da perspectiva do discurso patrimonial hegemônico, ao escutar a narrativa da ancestralidade dos erveiros, que remete a um lugar de memória étnica que germinou no ofício das ervas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do “Outro” no campo do Patrimônio. Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, p. 9-20, 2008. Suplemento 7.

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: Tensões e Disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel F.; BELTRÃO, Jane F.; ECKERT, Cornélia (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-285.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005.

BELÉM (PA). *Decreto Municipal nº 26.579, de 14 de abril de 1994*. Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres no Município de Belém, e dá outras providências. Belém, 1994. Disponível em: <https://codem.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Dec-26579-94-Dispo%C3e-sobre-o-funcionamento-de-feiras-livres-no-Munici%C381pio-de-Bele%C381m-e-da%C381-outras-provide%C382ncias.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

BELÉM (PA). Prefeitura. *O Ver-o-Peso*. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=363>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRÍGIDA, Juliane Oliveira Santa; MIRANDA, Cybelle Salvador. Arquitetura Civil da segunda metade do século XIX em Belém-PA: estudo dos elementos compositivos e da geometria de fachadas. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.52913/19e20.XI1.09>. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/arqcivil_para.htm. Acesso em: 29 jan. 2024.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, dez. 2009-mar. 2010.

CORRÊA, Roberto. *Região e organização espacial*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GOMES, Emerson Bruno de Oliveira *et al.* A história da construção do Porto de Belém, e sua relação com a arquitetura da cidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 3., Salvador, 2019. *Anais [...]*. Salvador: FAUFBA, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE. *Praça do Relógio*: Belém (PA). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=42466>. Acesso em: 28 jan. 2024.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone; LOPES, M. Art Nouveau. *História das Artes*, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/nomundo/artes-seculo-20/art-nouveau/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Ver-o-Peso* (PA). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>. Acesso em: 30 set. 2020.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *A viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1045/580837.pdf?sequence=4>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012.

LIMA, Dorotéia. *Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NORA, Pierre. La aventura de Les lieux de mémoire. *Ayer: revista de historia contemporánea*, Valencia, v. 32, n. 4, p. 17-34, 1998.

- O LIBERAL. Belém: [s. n.], 5 maio 2001. Caderno Cartaz.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Paralelo, 1998.
- O PORTO de Belém. A Província do Pará, Belém, 12 abr. 1998. Caderno Memória.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3-15, 1989.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 57-67, 2014.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2. ed. Belém: PakaTatu, 2002.
- TAVARES, Fátima *et al.* *Inventário das festas e eventos na Baía de Todos os Santos*. Salvador: Edufba, 2019.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: Retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 7-33, jan./set. 2018.